

Lei sueca da violação baseada no consentimento (2018) — as duas análises do Brå sobre acusações e condenações

Gender Equality · Boa prática · Suécia

Pontuação de qualidade: 74/100

Força da evidência: Forte

Sumário

Desde 1 de julho de 2018 a lei sueca da violação assenta na voluntariedade, e não na força ou ameaça. As análises do Brå mostram acusações quase a duplicar (236 em 2017, 455 em 2020), mas também problemas de segurança jurídica na violação por negligência.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	2/3
Impact on gender equality	1/1
Effectiveness	1/1
Efficiency	0/1
Evaluated outcomes	1/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	1/1
Gender-mainstreaming embedding	0/1
Curator validation	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-10-19

[Swedish Government / Swedish National Council for Crime Prevention \(Brå\)](#) — acedido a 2026-10-19

[Brå 2020 — The new consent law in practice](#) — acedido a 2026-10-19

[Brå 2025 — Application and consequences of the consent law](#) — acedido a 2026-10-19

[NSFK summary of Brå 2020](#) — acedido a 2026-10-19

Citar — Evidoria. *Lei sueca da violação baseada no consentimento (2018) — as duas análises do Brå sobre acusações e condenações*. ID persistente: 8f07f611-cd61-496f-bd95-6e7f43104832.